

licitante concorre lances com terceiros e não com seus próprios lances, logo o intervalo que deve ser observado é o entre lances de licitante A e B, não sendo razoável tomar por base intervalo de lances do mesmo licitante. Sendo que conforme claramente comprovado nos autos, os referidos lances, foram lançados no sistema em milésimos de segundos, cobrindo de forma automática todos os lances feitos pela Impetrante impossibilitando que a mesma participasse de forma justa do certame.

Assim, diante da clara afronta aos direitos constitucionais e princípios da administração pública não restou a Impetrante outra medida a não ser a impetração do presente *mandamus*, vez que está claramente sofrendo violação de seus direitos pelas autoridades coatoras que ultrapassaram todos os limites impostos pelo Princípio da Legalidade e da Isonomia que devem nortear os atos da administração Pública.

### **3.1. DA COMERCIALIZAÇÃO DE SOFTWARES/ROBÔS PARA PREGÕES ELETRÔNICOS**

A alegação de que a Impetrada participante 177 (por óbvio, vencedor do certame) fez uso de software/robô no referido pregão é tão real que encontramos inúmeros sites que comercializam livremente software/robô para pregões eletrônicos, conforme alguns links abaixo:

<https://www.effecti.com.br/landing/robo-de-lance/>  
<https://www.wavecode.com.br/>  
<http://lancesautomaticos.com.br/>  
<http://mjsistemas.com.br/>  
<https://pt.scribd.com/document/311229155/Software-Licita>  
<http://lancesautomaticos.blogspot.com/>

Alguns sites inclusive já anunciam de plano que possuem software para o Portal de Compras de Minas Gerais, senão vejamos: